

JUSTINO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS





NEGÓCIOS COM O SETOR PÚBLICO

PROF. DR. GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA

PROFESSOR DOUTOR DE DIREITO ADMINISTRATIVO NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E NO IDP (BRASÍLIA-DF). PÓS DOUTOR EM DIREITO ADMINISTRATIVO PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. PÓS-DOUTOR PELO MAX PLANCK INSTITU FÜR AUSLÄNDISCHES UND INTERNATIONALES PRIVATRECHT (HAMBURGO, ALEMANHA). VISITING RESEARCHER NO AMSTERDAM CENTER FOR INTERNACIONAL LAW DA UNIVERSIDADE DE AMSTERDAM (HOLANDA).

IDP – 28/09/2021.

NEGÓCIOS COM O SETOR PÚBLICO

- Estado, mercado e sociedade civil
- Direito Público e Direito Privado
- Regime jurídico de Direito Público – a pluralidade de regimes jurídicos no setor público
- Direito Administrativo hoje – Direito dos clips e Direito dos negócios (Carlos Ari SUNDFELD)



- Negócios com o Setor Público – diferenciações necessárias
- Administração Pública Direta e Indireta
- O Setor das Empresas Estatais – o Estatuto das Estatais – Lei Federal nº 13.303/16
- Licitações e Contratação Pública – o regime geral da Lei Federal nº 14.133, de 1º.04.21 – a coexistência com a Lei Federal nº 8.666/93 até 1º.04.23.
- Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos – Lei Federal nº 8.987/95
- Lei de PPPs – Lei Federal nº 11.079/04

- A revolução do *compliance* empresarial
- A Operação Lava-Jato como evento disruptivo
- A Lei Anticorrupção e suas implicações para o setor empresarial – Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto nº 8.420/15
- Escândalos de corrupção, crise de imagem e de reputação nas empresas
- Acordos de leniência – negociação, celebração do acordo e o pós-leniência
- As cláusulas anticorrupção e os contratos empresariais
- Os Programas de *Compliance* na Lei Federal nº 14.133/21

- Processo Administrativo – Lei Federal nº 9.784/99
- Lidando com as Agências Reguladoras – o tema do processo administrativo e da instância administrativa – a Lei Geral das Agências: Lei Federal nº 13.848/19
- A Lei de Segurança Jurídica e Inovação – Lei Federal nº 13.655 e o Decreto nº 9.830/19
- Relações com o Ministério Público – Inquéritos civis, TACs, Acordos de não persecução cível, Improbidades Administrativas
- O processo nos Tribunais de Contas – a jurisdicionalização dos processos nas Cortes de Contas

- Conflitos e litígios entre a Empresa e o Setor Público – a relevância do sistema de justiça multiportas e o NCPC de 2015
- A judicialização dos conflitos e a pacificação dos conflitos: tratamento adequado dos conflitos – Resolução nº 125/10 do CNJ
- Mediação no setor público – Lei Federal nº 13.140/15
- Arbitragem no setor público – Lei Federal nº 9.307 e o Decreto nº 10.025/19
- Os *Dispute Boards* e a resolução das controvérsias contratuais
- As Câmaras de Mediação e Conciliação no Setor Público

- Desregulação, deslegificação e desregulamentação
- A Lei de Liberdade Econômica – Lei Federal nº 13.874/19
- A Nova Lei de Ambiente de Negócios – Lei Federal nº 14.195, de 26 de agosto de 2021
- O Marco Legal das Startups – Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021
- LGPD e ANPD – Lei federal nº 13.709/18, Decreto nº 10.474/20 e Portaria nº1, 08.03.21 da ANPD (Regimento Interno)

- Relacionamento com o Setor Público
- O tema do Lobby e as empresas – o PL 1.202/2007
- Relações Governamentais – RelGov
- Relações Institucionais e Governamentais – RIG
- Melhores práticas de RelGov e RIG

- Departamentos Jurídicos das Empresas e o Direito Administrativo
- Especialização do corpo jurídico interno para lidar com os temas de Direito Público
- Parceirização com escritórios especializados em Direito Administrativo
- Tendências: atividade consultiva, atividade de contencioso e atividade negocial; contratos de escopo, contratos com CAP, contratos guarda-chuva e contratos de performance



CONCLUSÕES

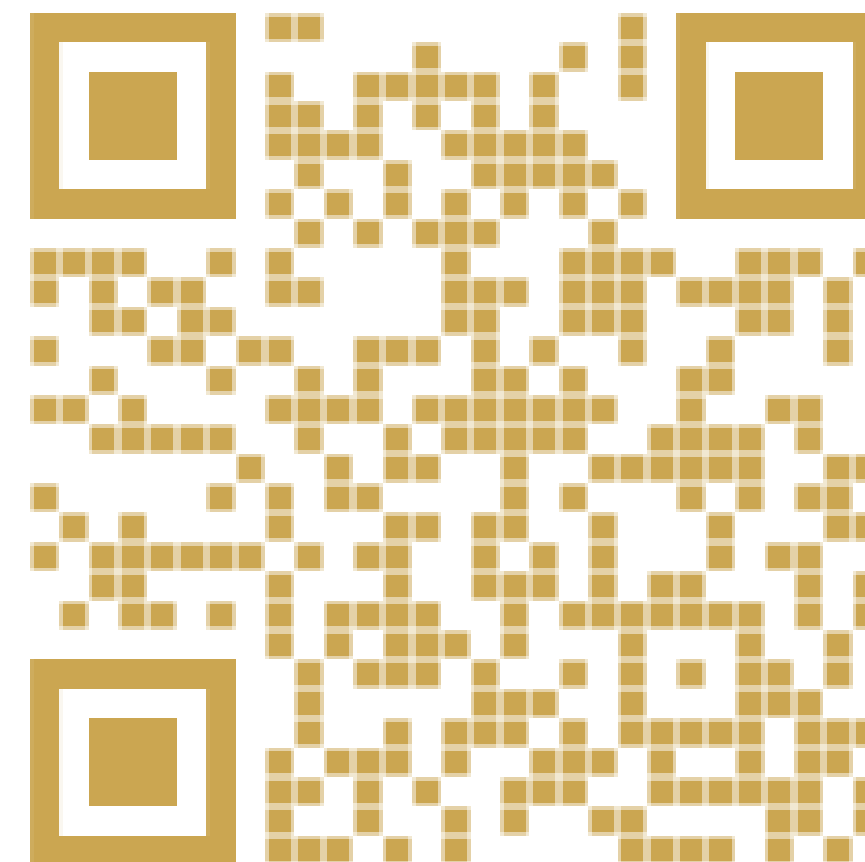
MUITO OBRIGADO!



+55 11 3525 7274

gustavo@justinodeoliveira.com.br

Alameda Lorena, 800 | Conj. 702, Jardim Paulista. São Paulo | SP



www.justinodeoliveira.com.br

Nossos canais

